

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



HERCULANO, Alexandre (Lisboa, 1810 - Azóia de Baixo, Santarém, 1877)

Alexandre Herculano atuou nos campos intelectual, artístico e político. É autor de um considerável conjunto de textos de história, assim como de poemas, contos, dramas, romances e ensaios políticos. Além de escritor e historiador, foi arquivista, jornalista, editor de documentos históricos e agricultor. Na política foi, por curto período, deputado e, depois, presidente de concelho, mas a sua grande influência exerceu-se sob a condição de historiador, polemista e ideólogo. O seu protagonismo como intelectual público liberal e o seu pioneirismo na aplicação dos meios da ficção histórica romântica ao passado nacional português fizeram do seu nome um marco recorrente tanto na história do pensamento político quanto na da literatura, no Portugal oitocentista. Outrossim, Herculano figurou e ainda hoje figura – de maneira por vezes exagerada e indistinta, mas ainda assim altamente significativa – como o pai-fundador do modo “científico” de se investigar e escrever história em Portugal.

Não seria desarrazoado afirmar que a partir de meados da década de 1840, Herculano veio a ser uma espécie de celebridade, amplamente conhecida e reconhecida no mundo lusófono. “Até navios eram batizados com o seu nome” – registrou em 1863 o teólogo evangélico Rudolf Baxmann, após regressar de uma estadia missionária em Lisboa (“Ueber den gegenwärtigen Stand”, 115-116). “Havia em Portugal um homem que era ouvido como um oráculo” – reconheceu Teófilo Braga em 1880 (*História do Romantismo em Portugal*, 219-220). Não seria difícil preparar uma lista com dezenas de confirmações similares. É talvez suficiente indicar que, *post-mortem*, a significância atribuída à persona de Herculano indica uma elevação à categoria dos que na memória e na cultura portuguesas dispõem do estatuto da glória (sobre o tema geral, ver Lilti, *A invenção da celebridade*, 13-17; 145-165). Evidencia-o de modo conclusivo a transladação dos seus restos mortais para um imponente túmulo no Mosteiro dos Jerônimos em 1888, o mesmo local onde jazem reis do século XVI, bem como Vasco da Gama, Luís de Camões e Fernando Pessoa.

Alexandre Herculano ficou conhecido pelos seus dois prenomes, sendo que os seus dois sobrenomes, “de Carvalho e Araújo”, são frequentemente omitidos. Isso talvez guarde relação com as suas origens familiares relativamente modestas, pequeno-burguesas, embora marcadas por certa literacia cultural e ascensão social. Pelo lado materno, os seus antepassados estiveram ligados à construção civil, pelo menos desde que o seu bisavô trabalhara como mestre-de-obras na construção do Palácio e do Convento de Mafra. O pai de Herculano, por sua vez, filho de um comerciante de trigos, foi funcionário público, tendo atuado como fiel junto à repartição responsável pelos empréstimos públicos (Godinho, “Herculano”, 13-14; Nemésio, *A mocidade de*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Herculano, 83-94).

Tomado em conjunto, o percurso formativo de Herculano não se enquadra no padrão característico da elite social portuguesa da época. Herculano nasceu em 1810, em Lisboa. Depois de aprender as primeiras letras sob a assistência do pai, frequentou o Colégio dos Oratorianos, mais ou menos, entre os dez e os quinze anos, e em seguida, provavelmente em 1825-26, foi discente da Academia Real de Marinha, onde recebeu instrução matemática. O plano de ir estudar à Universidade de Coimbra malogrou-se em razão de uma contingência familiar: o pai ficou cego em 1827 (“Autobiografia”, 25). Essa fatalidade colocou a família em dificuldades financeiras, o que certamente terá influído sobre a opção de Herculano pela instrução técnica oferecida na Aula do Comércio. A mesma contingência também será a razão pela qual frequentou, entre 1830 e 1831, o curso de diplomática da Torre do Tombo, o que era então condição para o exercício de profissões como a de arquivista ou tabelião. Neste segundo curso Herculano familiarizou-se com conhecimentos e técnicas que viriam a ser fundamentais para os seus posteriores trabalhos intelectuais (Nemésio, *A mocidade de Herculano*, 107-109; 145, 187-200; 335-342).

Mais do que a instrução formal obtida nessas diferentes instituições pesou sobre a formação intelectual e estética de Herculano um relativo autodidatismo, relativo posto que intermediado pelos contatos com o mundo literário por ele estabelecidos precocemente. De uma maneira que os biógrafos jamais conseguiram explicar a contento, Herculano ainda antes dos seus 18 anos já travava relações com personalidades de relevo da cena cultural lisboeta. Participava do círculo literário e boêmio formado em torno do poeta e homem de teatro Francisco de Paula Cardoso, fidalgo conhecido por Morgado de Assentiz. Aí conheceu, entre outros, António Feliciano de Castilho, que posteriormente, ao lado do próprio Herculano e de Almeida Garret, seria uma das figuras centrais da chamada primeira geração dos românticos portugueses. Também pôde contar com a proteção da veterana poetiza Leonor de Almeida Portugal, a marquesa de Alorna, que uma vez comparou a Germaine de Staël pela sua germanofilia e pelo círculo literário formado em torno de si (“D. Leonor de Almeida”, 123).

Sob o estímulo dessas e de outras personalidades, Herculano foi amadurecendo com a ajuda de leituras ecléticas cujos rastros se deixam seguir ao longo dos textos que escreveu ou traduziu na década de 1830. Afora vários dos principais autores dos cânones clássico e cristão, e de escritores renascentistas como Ariosto, Tasso e Camões, impactou-o a ficção histórica de Walter Scott, bem como a ensaística liberal-católica de François-René de Chateaubriand e de Hughes de Lammenais. Cativou-o também a poesia lírica de Alphonse Marie de Lamartine e, especialmente, a de autores alemães da segunda metade do século XVIII associáveis ao chamando *Sturm und Drang*, tais como Friedrich Gottlieb Klopstock, Gottfried August Bürger e Friedrich Schiller (Nemésio, *A mocidade de Herculano*, 236, 302-307; Reynauld, “Herculano, poeta-profeta”, 29). A sua afinidade com a estética romântica também se confirma fora do domínio das letras, por exemplo, na predileção por ele expressa (em testemunho concedido já na maturidade) pela pintura de John Martin e pela música de Vincenzo Bellini (“Herculano por ele mesmo”, 29).

Quanto à formação das convicções políticas do jovem Herculano, os testemunhos e traços remanescentes são, todavia, mais oblíquos do que os que dizem respeito à sua educação estético-literária. O Herculano da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

maturidade foi um grande expoente do liberalismo cartista, se bem que de um cartismo *sui generis*, organicista e monárquico, mas, ao mesmo tempo marcadamente anti-centralista (Alonso, “Las plumas”). A sua iniciação política deu-se, porém, pelo lado oposto: o do absolutismo miguelista. Um desafeto contemporâneo, o bibliófilo Inocêncio Francisco da Silva, chegou a difundir o rumor de que Herculano, por volta dos seus 18 anos, teria integrado um bando de violentos agitadores políticos, e de que teria recebido gratificação por poemas apologéticos ao miguelismo (Silva, “Aleixo Fagundes Bezerra”). Por mais de uma geração de intérpretes, o assunto deu azo a discussões que oscilaram, num plano, entre a procura da verdade factual e a construção de uma memória positiva e de baixa densidade empírica; e, noutro, entre a recomendável demolição de mitos memoriais e o injustificável assassinato de reputação. Ainda que movido por intenção difamatória, Inocêncio da Silva estava correto quanto ao miguelismo do jovem Herculano. Mas carecem de comprovação adequada quase todas as suas imputações mais pormenorizadas – que posteriormente foram difundidas e amplificadas por Teófilo Braga (*História do Romantismo em Portugal*, 229-243). Em contrapartida, as primeiras estrofes do poema “A Semana Santa”, composto provavelmente na primavera de 1829, fornecem evidência sólida de que por volta dos seus dezenove anos Herculano já se via dentro do campo liberal (Nemésio, *A mocidade de Herculano*, 213-215).

No plano da ação política, todavia, a adesão ao liberalismo não o afastou do que se pode chamar de “situações-limite”. Em Agosto de 1831, provavelmente após ter ingressado na maçonaria, ele toma parte na fracassada revolta do Regimento de Infantaria no. 4, liderada por um dos seus ex-instrutores na Academia Real de Marinha (Nemésio, *A mocidade de Herculano*, 342-346). O velho Herculano vai depois considerar a curta experiência maçônica como uma das suas “rapaziadas” (*Cartas*, I, 10), mas o fato é que dessa vez a sua impetuosidade política lhe renderia sérias consequências. Perseguido, terá de fugir do país, primeiro para Plymouth, depois para Rennes, integrando-se à rede formada pelos exilados liberais que pouco mais tarde desempenhariam um papel decisivo na luta anti-miguelista. Em Março de 1832 chega aos Açores, sendo absorvido no Batalhão dos Voluntários da Rainha, e em Julho desembarca de volta no continente, em conjunto com cerca de 7.500 homens liderados por D. Pedro, numa movimentação que se revelaria decisiva para o destino da causa liberal.

Estabelecido o governo liberal ao final da Guerra Civil, Herculano é nomeado funcionário da recém fundada Biblioteca do Porto, onde adquire importante experiência arquivística. Lá participa em projetos de publicação de fontes históricas, em especial a da *Crônica de D. Sebastião*, de autoria de Fr. Bernardo da Cruz, editada em 1837 a partir do cruzamento de seis versões manuscritas. Pouco antes, Herculano publicara dois ensaios de cariz teórico sobre a literatura portuguesa e sobre estética literária, com os quais inaugurou a sua trajetória de polemista, e nos quais formulou uma agenda estético-política de intervenção na cultura nacional, já em linha com preceitos gerais do romantismo e do liberalismo (Macedo, *A. Herculano: polémica e mensagem*, 34-35). Herculano pediu demissão do posto de bibliotecário no Porto em 1836, insatisfeito com a linha política seguida pelo governo que resultou da Revolução de Setembro, que recolocou em vigor a Constituição de 1822. Era esta mais restritiva dos poderes monárquicos e mais amistosa aos princípios democráticos, se comparada à Carta Constitucional de 1826, que Herculano não quis abjurar – pelo menos até a solução de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

compromisso encontrada em 1838 (Canotilho, “As constituições”). Externou a sua contrariedade e reafirmou a sua lealdade à Carta num colérico panfleto poético-político que teria forte ressonância no mundo público de então: *A voz do profeta* (Reynaud, “Herculano, poeta profeta”, 29-35).

A projeção obtida por esse escrito terá certamente facilitado o convite para que assumisse em 1837 a redação do semanário *O Panorama*, editado em Lisboa sob o patrocínio real e a inspiração da *Penny Magazine* londrina, pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis. Em 1838, também atuou como diretor e redator da parte não oficial do *Diário do Governo* (Baptista, *A. Herculano Jornalista*, 15; 22; 77). No mesmo ano, compilou parte da produção poética da sua primeira juventude em *A harpa do crente* (1838), obra editada pela tipografia da referida Sociedade. Herculano foi especialmente apoiado pelo rei-consorte D. Fernando II, que concorreu para que fosse investido no cargo de diretor da Real Biblioteca do Paço da Ajuda. Tal posição proporcionar-lhe-ia estabilidade financeira pelo restante da vida, além de uma casa nas imediações do seu principal local de trabalho. (Santos, “A. Herculano e a Biblioteca da Ajuda”; Serrão, “A. Herculano”, 434).

Tendo *O Panorama* como principal plataforma de publicações e dispondo de facilidades para consultar documentos e livros abrigados nas bibliotecas reais, Herculano lança-se no final da década de 1830 como um polivalente operador da consciência histórica. Escreve inúmeros ensaios curtos sobre temas históricos e historiográficos, além de pequenos perfis de personagens da política e da cultura de diferentes épocas. Mas o seu trabalho rememorativo e pedagógico não se contém dentro dos padrões habituais da escrita factual, e ele passa a experimentar também com as possibilidades abertas pela nova ficção histórica, já popularizada noutros territórios linguísticos (Catroga, “A. Herculano e o historicismo romântico”, 42-44). Nos dez anos que vão de 1838 a 1848, escreve as pequenas histórias que viria a compilar em *Lendas e Narrativas* (1851), além de três romances históricos de maior extensão e complexidade: *O bobo* (1843; só publicado em livro em 1878 – se descontada a edição contrafeita que circulou no Brasil), *Eurico, o Presbítero* (1843-1844), e *O Monge de Cister* (iniciado em 1839-40, mas só concluído e publicado em 1848). Engaja-se também com a atividade teatral, muito estimulada a partir do setembrismo, escrevendo dois pequenos dramas históricos e colaborando em diversas iniciativas do recém-criado Conservatório Nacional (Cruz, “Política, resistência e arte”, 4-5).

A produção literária, ensaística e jornalística de Herculano da metade da década de 1830 a meados da década seguinte foi composta no contexto de uma profunda transformação política e social. Após a Guerra Civil, desestabiliza-se a habitual posição do Clero como principal agente da cultura e da educação nacionais. Herculano percebe tal deslocamento e vê aí uma janela de oportunidade para promover junto ao público novas sensibilidades e práticas em que se pudessem ancorar de modo duradouro os valores e instituições da nova ordem liberal. Instrumental para tanto foi a adoção da forma do romance, bem como a aplicação desta a conteúdos da experiência pretérita. Em sinergia com novos suportes materiais e práticas editoriais, como a da publicação gradual de textos em folhetins ou a comercialização parcelar de livros sob a forma de fascículos, aquelas inovações formais amparavam um aumento sem precedentes das possibilidades de difusão conhecimento histórico. Disso tudo decorre a eficácia do romance histórico como instrumento para educar as classes médias nos valores do liberalismo político (Matos, *Historiografia e memória nacional*, 131-163). Mas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Herculano abraça esse gênero literário menos para promover algo como uma revolução cultural do que para tentar facilitar uma conciliação entre liberalismo e cristianismo. Também por isso, na sua ficção os conteúdos, embora sejam enformados de maneira inovadora, refletem amiúde valores e visões passadistas de extração cristã-tradicionalista ou aristocrática (Saraiva, *Herculano e o Liberalismo*, 44-49; 148-152).

Ao intento de harmonizar cristianismo e liberalismo junta-se a intuição de que era preciso renovar junto à audiência presente o sentimento de pertença à nação. Marcado – como se indicou – por manifestas intenções didatizantes, esse esforço renovador culmina numa significativa reconfiguração das relações de proximidade e distância entre passado e presente a que estava habituada a cultura histórica portuguesa. Retira-se atenção histórica e estética ao passado clássico, tão preferido por gerações anteriores e exaltado exemplarmente na poesia pastoral árcaica. Na mesma toada anti-classicista, é contestada a importância das realizações culturais e políticas do período renascentista (Herculano, “Elogio histórico”, 111-114). Em compensação, seguindo o impulso medievalista de autores como James Macpherson e Walter Scott, Herculano contribui para promover uma valorização inédita do que se costuma tomar pelos séculos iniciais da nação portuguesa. Essa constelação de afinidades eletivas com o passado é característica, como se verá, não só da ficção, mas também os escritos de história de Herculano.

A valorização da Idade Média, todavia, não decorre apenas de um certo mimetismo de ascendência estética, mas também da percepção de Herculano de que havia reveladoras analogias entre o Portugal medieval e a conjuntura política e cultural inaugurada pela Guerra Civil. Em ambos os momentos, o cenário da experiência histórica não só era caracterizado por violências, paixões em excesso, riscos civilizatórios, mas também se associava a um certo sentido de pureza infantil, a uma abertura criativa para a modelagem de práticas e instituições. Tratar-se-ia, portanto, a despeito de todas as negatividades, de épocas propícias para a elaboração de identidades coletivas; para começos e recomeços históricos. No caso da Idade Média portuguesa, segundo Herculano, a tais dicotomias correspondia bem a ambivalência fundamental das crônicas do período, representações do passado em que se combinavam complexamente imaginação estética e pretensões à verdade factual. Originada de uma constelação histórica subentendida como análoga à do medieval, a ficção histórica de Herculano emula de maneira criativa a tradição historiográfica medieval e explora os potenciais decorrentes de uma hibridização, agora autoconsciente, dos registros factuais e ficcionais (Alonso, “Historia, conocimiento y narración”, 67-68). Uma das suas marcas distintivas é o objetivo de caracterizar de modo verossímil, quase-realista, a textura sociocultural, os modos de pensar e sentir, as crenças e os costumes típicos de passados distantes. Herculano via-se como um cronista, mas não de eventos particulares; tencionava representar o “espírito” geral, os traços essenciais da “vida íntima” num dado momento histórico, em vez de atingir a verdade factual no que tange a detalhes episódicos e exteriores (Alonso, “Historia, conocimiento y narración”, 56-59). Assim, podia associar à caracterização contextual uma pretensão de objetividade relativamente forte, ao passo que se permitia um grau de liberdade ficcional incomparavelmente maior no manejo de ações e personagens.

O sucesso da sua atividade literária e jornalística faz de Herculano uma figura célebre na vida pública nacional, levando por exemplo à sua nomeação, aos 33 anos, como sócio correspondente da Academia Real



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

das Ciências de Lisboa. *Pari passu*, ele experimenta um curto período de atuação parlamentar, entre 1840 e 1841, durante o qual coleciona desavenças e frustrações. Escaramuças ligadas ao projeto de ensino popular por ele co-elaborado e à sua oposição ao intento governista de extinguir a Escola Politécnica culminaram com o seu afastamento involuntário da Comissão de Instrução Pública (Saraiva, *Herculano e o Liberalismo*, 17-18; 115-132). Herculano então decide abandonar a Câmara de Deputados e, depois de publicitar na imprensa as suas posições derrotadas, acaba por se refugiar na pesquisa e na imaginação históricas, passando a buscar no passado nacional consolação para a sua desesperança na tumultuada política dos anos 1840 em Portugal. É nessa espécie de autoexílio da política do presente que ganham forma os seus romances históricos, bem como os quatro volumes do que viria a ser a sua *magnus opus*, *História de Portugal*. Anos depois, ele equipararia a experiência parlamentar a um “bestial pecado”, e explicaria que deste se teria buscado penitenciar com a “monomania de escrever a história desta terra com lealdade e consciência” (*O monge de Cister*, II, 340).

A *História de Portugal* foi precedida de uma publicação mais episódica em que Herculano delineou os fios-condutores da sua interpretação da história política e social portuguesa: as *Cartas sobre a História de Portugal*, publicadas ao longo de 1842, na *Revista Universal Lisbonense*. O traço mais elementar de tal interpretação consiste numa classificação da história portuguesa em dois grandes ciclos, o primeiro dos quais vai desde a formação do Reino até o século XVI, quando principia o segundo. No geral, Herculano avalia positivamente o primeiro ciclo, e especialmente o que supõe ter sido o caráter descentrado da distribuição do poder político medieval, com as prerrogativas reais equilibradas pela presumida força local dos concelhos. Em boa medida relacionada com tal especificidade está a sua tese, introduzida já neste texto e sustentada até os seus últimos escritos, da inexistência do feudalismo em Portugal. O segundo ciclo, por outro lado, é julgado por ele muito negativamente. Desagradava-lhe em especial a centralização de poderes nas mãos do monarca, donde via brotar processos que para ele sinalizavam para a degeneração política e cultural, como o avanço da Inquisição e do colonialismo. Chega a sugerir que de pouca valia seria o estudo do Portugal pós-medieval dos séculos XVI a XVIII, período que pouco se prestava à extração historiográfica de “sabedoria social”, e que talvez devesse mesmo ser esquecido em vez de lembrado (“*Cartas sobre a história de Portugal*”, 162-163).

Do ponto de vista metodológico, é de referir que, no mesmo texto, Herculano já externa críticas a uma compreensão excessivamente factualista da história nacional. Inspirando-se fortemente em argumentos avançados por Augustin Thierry, aponta para a necessidade de histórias que fossem além da narração de eventos políticos e da biografia de figuras eminentes, e que abrangessem no seu escopo interpretativo instituições e outros fenômenos de caráter social (“*Cartas sobre a história de Portugal*”, 138-142). Ainda assim, já desde as *Cartas* Herculano dedica uma grande parcela de atenção a personalidades individuais e acontecimentos singulares. A abordagem destes, no entanto, será marcada pela valorização de fontes primárias e pelo crescente recurso a diferentes técnicas de crítica e interpretação documental, o que não raro o coloca em rota de colisão com interpretações tradicionalistas e mitificantes do passado português (Matos, *Consciência história e nacionalismo*, 18-20).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Herculano via-se como continuador de uma tradição cujas origens ele próprio projetava na segunda metade do século XVII, nos trabalhos de eruditos beneditinos, o mais famoso dos quais foi Jean Mabillon – figura de proa na história da diplomática e da paleografia (“Solemnia verba”, 69-77). Também julgava que à sua época a vanguarda desse desenvolvimento intelectual se movera da França de Mabillon para a Alemanha de Leopold von Ranke, de Friedrich Carl von Savigny e de tantos outros historiadores que frequentemente aparecem citados nos seus escritos (Catroga, “A. Herculano e o historicismo romântico”, 54-55) – e, inclusivamente, de Heinrich Schäfer, autor do que qualificou como “o melhor livro que conhecemos relativo a história de Portugal” (*História de Portugal*, II, 618). Mas daí não se deve inferir que Herculano fosse um historiador unilateralmente germanófilo, pois a sua obra também documenta inúmeros elogios e remissões a adeptos da história crítica originários de diferentes tradições nacionais, como os italianos Michele Amari e Luigi Cibrario, os espanhóis Francisco Martínes Marina, Pascual de Guayangos e Tomás Muñoz y Romero, o britânico Thomas Macaulay, bem como a inúmero autores de língua francesa (“Solemnia verba”, 71; Bernstein, *A. Herculano*, 83 nt. 31, 90-91, 95-96). Ademais, cumpre salientar a larga continuidade existente entre os esforços crítico-filológicos de Herculano e os que marcaram as trajetórias de eruditos portugueses de gerações anteriores, tais como António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro e o Visconde de Santarém. Desde pelo menos meados do século XVIII, a Real Academia de História e, depois de 1779, a Academia das Ciências – na qual atuaram todos os nomes por último citados, além do próprio Herculano – foram lugares institucionais particularmente importantes para a promoção de estudos, debates e publicações relacionadas à pesquisa documental. Assim, o padrão crítico que marca a conduta de Herculano para com as fontes a partir das *Cartas sobre a História de Portugal* não deve ser entendido como uma inflexão radical na trajetória da cultura histórica portuguesa; ou seja, como o efeito da ação inovadora de um único indivíduo inspirado exclusivamente por realizações estrangeiras. Em vez disso, representa um significativo ponto de maturação de um empreendimento erudito de feição coletiva e multi-geracional (Macedo, *A. Herculano: polémica e mensagem*, 13-21).

Em 1842 estavam já formatados, portanto, uma diretriz interpretativa de carácter substantivo e um conjunto de ideais metodológicos e de práticas metódicas que poucos anos depois a *História de Portugal* viria a tentar pôr em prática. Herculano publicou os quatro volumes desta sua grande obra em 1846, 1847, 1849 e 1853, respectivamente. Nos dois primeiros e em boa parte do terceiro, a exposição está estruturada à maneira clássica de uma história diacrônica de eventos. Após passar em revista aspectos da experiência ibérica antes, ao longo, e depois do domínio romano, após tratar das invasões visigóticas e muçulmanas e das tentativas de reconquista da península pelas forças cristãs acuadas, Herculano passa a encadear detalhadamente os eventos que, na sua visão, foram decisivos para a formação nacional, a começar da oferta do Condado Portucalense por Afonso VI, rei de Leão e Castela, a Henrique de Borgonha, em 1096. A partir desse ponto, o texto passa a se escorar muito intensivamente em fontes documentais. A isso corresponde uma inovação paratextual: além das notas de pé de página contendo as referências, Herculano introduz notas explicativas ao final de cada volume. Nessas notas, são abordados detalhes referentes à autenticidade, confiabilidade e interpretação das fontes referidas, sem prejuízo à fluidez do corpo do texto. A narrativa de Herculano passa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pelos eventos que culminaram na independência em relação a Leão e Castela e na coroação de Afonso I, em 1139, e segue até o fim do reinado de Afonso III, em 1279. Interrompe-se aí para não mais ser retomada, diferentemente do que tencionara originalmente o autor – o que é atestado pelo título da obra e pela periodização que consta das *Cartas sobre a História de Portugal* (Mattoso, “Prefácio”, x-xi).

Herculano ainda anunciaria diversas vezes a retomada de trabalhos para a continuação da obra. Segundo relato do imperador do Brasil, fixado após um encontro pessoal com Herculano, boa parte do quinto tomo do livro já estaria escrita em meados de 1871 (D. Pedro II, *Diários*, XI, 19.06.1871). Esse volume, em todo caso, jamais chegaria a ser concluído, mas os volumes efetivamente publicados contêm mais do que uma narrativa diacrônica de eventos que se conclui com o relato sobre a morte de Afonso III. Em 2\3 do terceiro volume e ao longo de todo o quarto, a perspectiva dominante da *História de Portugal* passa a ser sincrônica e o foco expositivo é deslocado de eventos particulares para padrões sócio-políticos de cariz mais geral e repetitivo, identificáveis sobretudo em documentos legais. Trata-se agora, em primeira linha, não mais de apresentar o que aconteceu singularmente no passado, mas de compor com o auxílio direto da imaginação histórica o que o próprio autor designou de uma “topografia social” do Portugal dos séculos XII e XIII (*História de Portugal*, III, 401). (Poderiam ser traçados aqui elucidativos paralelos com as passagens de abertura de muitos dos seus escritos de ficção histórica, em que a imaginação é mobilizada para a caracterização de ambientes não só físicos ou arquitetônicos, mas também socioculturais).

Um dos propósitos norteadores dessa segunda parte do livro de Herculano é o de fornecer a história da classe média em Portugal, entendida em sentido amplo enquanto um agrupamento social situado “entre a aristocracia e os servos da gleba” (*História de Portugal*, III, 382). Essa mudança de eixo analítico leva a uma história em que os personagens principais são entidades coletivas como instituições e classes sociais. Materializa, portanto, em larga medida, a inovação metodológica reclamada nas *Cartas sobre a História de Portugal* – ainda que o autor não tenha sido completamente bem-sucedido ao conectar os dois grandes níveis da sua análise (Martins, *Portugal contemporâneo*, II, 322-323). Vista em conjunto com textos que fortemente a inspiraram como as *Lettres sur l'histoire de France* (1820; 1827), do saint-simonista Thierry, e a *Histoire de la civilisation en Europe* (1828), de François Guizot, a parte sincrônica da *História de Portugal* é, em todo caso, um bom registro de que na primeira metade do século XIX autores muito significativos se recusavam a entender a escrita da história como a “narração exclusiva de dois casamentos, quatro enterros e seis batalhas” (Herculano, “Apontamentos”, 217). Não cabem, por isso, dentro do figurino do “positivismo historiográfico”, expressão ainda hoje amiúde mal usada na caracterização geral da escrita da história oitocentista.

Herculano, que uma vez definiu a si próprio como um “burguês de quatro costados” e como um “liberal ferrenho” (*Cartas*, II, 221), quis oferecer, na *História de Portugal* e em outros escritos situados no entorno temático desta, uma história do terceiro estado em Portugal (ou, mais especificamente, da fração mais privilegiada desse grande agrupamento social). Para tanto, coloca em relevo o lugar geográfico e político em que as classes burguesas vieram a predominar, ou seja, o município – acerca do qual afirma, parafraseando Alexis de Tocqueville, que parecia “ter saído diretamente das mãos de Deus” (*História de Portugal*, IV, 33-34). No centro dessas identificações, cujas ressonâncias atingem simultaneamente os modos de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

experimentar o passado, intervir no presente e esperar o futuro, está a temática do municipalismo. É essa uma chave de suma importância para a compreensão da mundivisão política de Herculano. O seu foco no Portugal dos concelhos medievais decorre do raciocínio de que ali estariam as experiências e inspirações que melhor serviriam à agenda da liberalização da política e das relações sociais; agenda com que, obviamente, a partir do presente, se tentava modelar o futuro. Herculano queria ver gradualmente dissolvida a ordem centralista legada pelo absolutismo, e anulado a sua pulsão para gerar mecanicamente cesuras históricas abruptas. Tinha em mente um ordenamento político que garantisse as liberdades individuais e a igualdade jurídica, mas para cuja implementação não se tivesse de pagar o preço da violência revolucionária (*História de Portugal*, IV, 343; “Instrução pública”, 87). Com poderes locais fortalecidos, ou seja, com a galvanização dos concelhos, seria possível levar adiante uma ampliação orgânica, gradual e pacífica da liberdade e da igualdade (Ledesma, “Las plumas”, 195-200). Segundo Herculano, eram esses os trilhos em que, com relativo sucesso, transcorrera a história portuguesa até o advento do absolutismo, e aos quais cumpria voltar, no presente. Em boa medida, a *História de Portugal* foi pensada para funcionar junto à sua audiência como uma agulha ferroviária que recolocaria a política nacional nos trilhos certos.

A apologia do municipalismo, central componente metapolítico da *História de Portugal*, e também vocalizada em inúmeros outros textos de Herculano, é na verdade a outra face da moeda em que está inscrita a sua crítica do centralismo – que incide, aliás, tanto sobre a política dos estados quanto sobre a da própria Igreja católica. É precisamente esse impulso contestatório que estará por detrás de *A origem e o estabelecimento da Inquisição em Portugal*, cujos três volumes serão publicados, respectivamente, em 1854, 1855 e 1859. Não é, todavia, possível compreender bem os propósitos e significados apensados a esse trabalho sem remeter à polémica que marcou a recepção da *História de Portugal*. O primeiro e o segundo dos dois mais extensos escritos de história de Herculano estão, assim, densamente entrelaçados, e na composição dos fios que os ligam está presente muito mais do que a pura curiosidade epistêmica.

A polémica teve por estopim questões factuais, sobretudo a relativa à historicidade do chamado milagre de Ourique – o mito histórico segundo o qual Jesus Cristo teria aparecido a Afonso Henriques no campo da batalha mais decisiva para a emancipação política portuguesa, legitimando com isso a moralmente complicada linha de ação seguida por este, que logo viria a ser o primeiro rei de Portugal. No seu livro, Herculano não dedicara muita atenção à batalha de Ourique, o que por si só já correspondia a uma tomada de posição em desfavor da visão tradicionalista da história nacional. Assinalara que o evento estava cercado de “fábulas não menos absurdas que brilhantes”, apontando que o mesmo não figurava nas crônicas árabes e só era mencionado muito brevemente pelos cronistas cristãos do século XII (*História de Portugal*, I, 429; 435). No aparato de crítica documental constante do final do volume, ainda comenta que a aparição de Cristo na batalha tinha lastro num “mal forjado” documento (*História de Portugal*, I, 658): o suposto relato da batalha pelo próprio Afonso Henriques, somente “descoberto” em finais do século XVI (Cintra, “A lenda de Afonso I”, 73-74).

As críticas que se vão intensificando na imprensa e nos púlpitos de igrejas colocam Herculano diante de um dos mais expressivos focos de guerra cultural que o campo reacionário conseguiu ativar desde a sua



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

desestruturação em 1834 (Saraiva, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 161). Reciprocando as provocações, ele escreve então, em 1850, *Eu e o Clero*, uma carta pública dirigida ao cardeal-patriarca de Lisboa. Em seguida publica inúmeras respostas aos seus detratores, muitas das quais foram replicadas e treplicadas, tudo isso resultando numa espiral polêmica de volume considerável (Buescu, *O Milagre de Ourique*). As discussões filológicas que ensejaram a controvérsia passaram rapidamente ao segundo plano, enquanto Herculano centrava a maior parte dos seus pronunciamentos em temas ligados à política nacional e eclesiástica do presente.

É nesse contexto que ele retorna à posição de operador político, agora sob a roupagem de um eminente intelectual público que se bate, relativamente à distância de ministérios e do poder legislativo, por um programa que combina descentralização político-administrativa, agrarismo e fomento à pequena propriedade fundiária. Em 1851, ainda sob o efeito dos conflitos sócio-políticos do fim da década de 40 em Portugal e da onda revolucionária europeia de 1848, Herculano tomou parte na conspiração que pôs fim ao segundo governo de Costa Cabral. Recusou o posto de ministro do Reino que lhe foi oferecido, mas pessoas que lhe eram próximas (Joaquim Filipe de Soure e José Ferreira Pestana) chegaram a compor, embora por muito pouco tempo, o subsequente governo encabeçado pelo marechal Saldanha (Martins, *Portugal contemporâneo*, II, 294-295). Passaria a discordar fortemente dos rumos tomados pela “Regeneração”, que inicialmente patrocinara, mas que agora lhe pareciam conduzir de volta ao velho centralismo absolutista. Para ele, o impulso reacionário ficava então disfarçado num discurso apenas nominalmente liberal; era encoberto por um frenesi de obras públicas e melhoramentos materiais, regado às ampliadas ofertas de crédito do mercado internacional de capitais. Herculano reposiciona-se (e é reposicionado) à esquerda do espectro político, aproximando-se dos remanescentes do setembrismo, em aliança com os quais cartistas dissidentes como ele sustêm o chamado Partido Histórico. A despeito disso, não deixará de se opor aos ideais democráticos e ao sufrágio universal, dentro das linhas que traçara já em *A voz do profeta* (Carvalho, *As ideias políticas e sociais de Herculano*, 21-40) Continua a polemizar especialmente contra o “absolutismo liberal” agora na imprensa política, escrevendo textos de opinião para periódicos como *O Paiz* e o *O Português*, a cuja fundação o seu nome esteve ligado. Em 1854, após ganhar as eleições como candidato antigovernista, assume a presidência da então recém-criada (e, pelo final do século, extinta) câmara de Belém, o que lhe dá ocasião para tentar colocar em prática as premissas municipalistas tão centrais aos seus posicionamentos políticos e às suas interpretações históricas. Renunciaria ao cargo em outubro de 1855, após um dos vários embates micropolíticos que pela época travou com o ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães (Ledezma, “Las plumas”, 191-193; Saraiva, *Herculano e o Liberalismo*, 19-25; 213-231; 264-266).

É curioso que ao mesmo tempo em que se intensificava a sua atuação política, como publicista e administrador municipal, Herculano – que, lembre-se, era também o responsável pelas bibliotecas reais de Lisboa – tenha atuado intensivamente na recolha e edição de documentos históricos. Em 1844, em meio ao seu “autoexílio” da política ativa, tinha organizado a publicação dos *Anais de D. João III*, de autoria de Frei Luiz de Sousa, um manuscrito antes dado como perdido. Mas o seu maior legado nesse campo seriam os



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugaliæ Monumenta Historica, cujos muitos volumes começam a ser publicados a partir de 1856. Abrigado na Academia das Ciências, e associado a duas longas expedições por arquivos do Centro e do Norte do país, esse empreendimento coletivo absorveu parte das suas energias intelectuais por cerca de duas décadas (Coelho, “A. Herculano”; Serrão, *Herculano e a consciência do Liberalismo*, 121-133).

Herculano vai combinar de maneira complexa o seu ativismo político anti-centralista com a sua habilidade para o manejo da documentação histórica nos três volumes do livro que ficaria conhecido, a partir da segunda edição, por *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*. Esse trabalho tem de ser lido como uma extensão da espiral polémica iniciada em 1850 (Buescu, *O Milagre de Ourique*, 95-96). É, enfim, uma transmutação dessa polémica num esforço investigativo de longuíssimo fôlego, que não tenta disfarçar as marcas do gesto político de que faz parte. Isso foi, aliás, admitido por Herculano, que no prefácio à terceira edição da *História de Portugal* (1863), obra que tomava por estritamente imparcial, comentou que “ao livro sem intenção política, fiz seguir um que a tinha” (*História de Portugal*, I, 5). A mesma diferença ficava já indicada também no subtítulo que acompanhou a primeira edição, “*tentativa histórica*”, o qual, por comparação com as enfáticas reivindicações de imparcialidade associadas à *História de Portugal*, sinalizava para a condição mais precária de uma interpretação abertamente politizada e politizante. (Assis, “A. Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade”, 310-316; Macedo, “A tentativa histórica”, lxxii-lxxiv; c).

Herculano não endereça o livro sobre a Inquisição ao público em geral ou aos seus adversários políticos, mas antes à fração do público que como ele comungava de certas convicções liberais fundamentais. Quer, como afirma, “fortificar na fé liberal os tíbios do próprio campo e premuni-los contra as ciladas dos trãnsfugas” (*História da Inquisição em Portugal*, I, 9-10). Mostrava-se fortemente preocupado com a possível coalizção entre duas tendências a que associava sérios riscos de retrocesso político na metade do século XIX: o centralismo eclesiástico avançado pelo Papa Pio IX e o neocentralismo parlamentarista seguido pelos artífices da Regeneração em Portugal (Macedo, “A tentativa histórica”, xxxv-xxxvi). Simultaneamente política e historiográfica, a sua intervenção articula-se em torno da escolha de um tema do passado que ele julgava ser particularmente embaraçoso aos partidários contemporâneos da reação. Herculano mergulha, então, nas primeiras décadas do século XVI para tentar trazer à consciência do presente aquilo que outrora haviam sido os piores resultados do livre desdobramento dos princípios políticos que queria combater. A sua ideia fundamental é, portanto, conduzir historiograficamente o centralismo político e religioso, percebido como a grande ameaça ao seu presente, a uma espécie de tribunal da história, onde se fará de tudo para o condenar e para anular os seus efeitos sobre a história futura.

Em linha com tal propósito, o principal eixo narrativo do livro procura dar conta das intrincadas negociações entre Lisboa e Roma, que em 1536, ao cabo de mais de vinte anos, levariam ao estabelecimento do tribunal inquisitorial. Segundo Herculano, a Inquisição portuguesa foi o produto do conflituoso e nefasto encontro da corrupção generalizada na Cúria romana com a degradação moral imposta à monarquia portuguesa pelo avanço da centralização absolutista nas primeiras décadas do século XVI. Diversos personagens históricos são apresentados no livro como vilões, mas nenhum deles recebe a combinação de qualificações negativas reservada a D. João III. Herculano apresenta o estabelecimento da Inquisição como o produto da intenção



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pessoal deste ator político que, como faz questão de reiteradamente afirmar ou sugerir, esteve longe de dispor das virtudes e talentos que seriam de se esperar de um bom monarca. O livro também dá destaque às tentativas dos cristãos-novos de obstaculizar as tratativas diplomáticas em torno da implantação do tribunal inquisitorial, amiúde por recurso ao pagamento de subornos. Além disso, rememora de modo enfático e condenatório inúmeros episódios de perseguição popular ou inquisitorial aos judeus da Península Ibérica. Ao colocar em primeiro plano experiências fortemente negativas como as ligadas a morticínios, fanatismo, tirania e corrupção Herculano produz um superávit de moralização historiográfica, que não se restringe aos seus efeitos sobre a argumentação política e avança sobre o terreno da religiosidade. Uma das passagens do texto em que isso fica evidente é aquela em que o autor chega a sugerir que estaria talvez a atuar como um “instrumento da justiça divina” (*História da Inquisição em Portugal*, I, 11).

Uma significativa mudança de ênfase que se pode perceber no livro sobre a Inquisição e, em geral, nos escritos de Herculano datados da década de 1850 em diante é o crescente recurso a imagens e formas retóricas sinalizadoras de descrença no futuro do país. Enquanto o Herculano da *História de Portugal* é mais propositivo e mais otimista quanto ao futuro, na década de 1850, após a polêmica em torno do milagre de Ourique, o fracasso do seu grupo político mais próximo em dar o tom à Regeneração, as múltiplas polémicas na imprensa, as contendas pessoais na Academia das Ciências e na Torre do Tombo, o avanço do ultramontanismo, a curta experiência administrativa à frente da Câmara de Belém, Herculano torna-se mais reativo e pessimista, firmando-se na crítica ao centralismo. Com efeito, esse agitado período marcou a consagração de Herculano como intelectual político (Saraiva, *Herculano e o Liberalismo*, 23-24), como atestado na sua eleição à revelia como deputado por Sintra em 1858 (eleição essa que ele, aliás, não acatou). Mas dessa sua elevação ao patamar de figura pública central no teatro político resultou também uma sensível subida de tom nas críticas que lhe eram endereçadas por parte de adversários, alguns dos quais de dentro do campo liberal, e que já não se continham dentro dos limites de um certo respeito pela sua autoridade literária (Macedo, “A tentativa histórica, xciii-xcvii). Soma-se a isso a pouca influência intelectual que efetivamente conseguiu exercer sobre o rei D. Pedro V, e, enfim, também a morte precoce do monarca, por quem se disse várias vezes ter sido muito afeiçoado (*Cartas*, I, 195-196; 203) – ainda que também sejam conhecidas algumas fricções na relação entre ambos (*Cartas inéditas*, 87; 97; Mónica, *D. Pedro V*, 176-177). Ao cabo desse que foi, na sua trajetória, o decênio de mais frequente e intensa atuação política (e que tanto contrasta com a relativa calma em que estivera de 1842 a 1850), Herculano passa a nutrir uma certa atitude de enfado com atividades intelectuais e literárias. Em 1858, em pleno reinado de D. Pedro V e estando no governo o Partido Histórico, ele declarava publicamente ter perdido o elã que o animara nos seus estudos históricos anteriores e que só via “o dia em que possa depor a pena, e sumir-me na mais completa obscuridade”. E arremata: “será o melhor dia da minha vida” (“Do estado das classes servas”, 240-241).

Embora não bastem para uma explicação suficiente, todas essas experiências ajudam a entender por que, por volta dos cinquenta anos de idade, Herculano decide mudar-se para o campo. Sempre tivera certa disposição anti-ciadina e anti-lisboeta, sempre apreciara o contato com a natureza e já havia adquirido traquejo com atividades agrícolas. Ainda no final dos anos 1840, tinha arrendado uma horta não distante da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sua residência da Ajuda, onde chegou a produzir laticínios. Entre 1855 e 1863, participou juntamente com outros dois amigos num empreendimento agropecuário de maior porte situado na zona da Serra da Arrábida. Em 1859, adquire uma propriedade rural nos arredores de Santarém, a Quinta de Vale de Lobos, onde vai a partir de meados da década de 1860 residir durante a maior parte do tempo, passando a dedicar-se com seriedade à produção agrícola (Nemésio, “O lavrador”). Deixa – como formulou ironicamente Ramalho Ortigão – “de fazer história para fazer azeites” (cit. em Nemésio, “O retiro”, xi). Estiliza a mudança como uma espécie de exílio voluntário, gerando assim de modo autoconsciente um ponto de referência crucial para processos memoriais que resultariam na sua própria mitificação. Mas também a toma como uma oportunidade de contribuir, pela força do seu exemplo, para um modelo agrarista e descentralizado de desenvolvimento econômico que na Lisboa da segunda metade do século encontrava cada vez menos defensores. Por aí já se pode ver que o “exilado” não cortou os laços que o ligavam ao mundo público português; apenas alterou a sua maneira de tentar intervir sobre o mesmo.

Ainda assim, nesta sua última década de vida, a tônica das suas avaliações sobre as grandes questões nacionais é dada por um misto de ceticismo e desengano. Numa carta de 1872, ele que afirma que “o espetáculo da última enfermidade de uma nação é sempre triste, mas é duplicadamente doloroso se essa nação é a nossa” (“Correspondência inédita”, 292; ver também: “A supressão das Conferências do Casino”, 168; “Cartas sobre o casamento civil”, 35). Prognósticos pessimistas como esse decorrem de décadas de uma vivência política marcada pela adesão intransigente a uma “ética da convicção” e por uma apreciação quase sempre muito negativa do que, de um outro ponto de vista, se poderia enquadrar sob o manto da “ética da responsabilidade”. No entendimento de Max Weber, ante um tal predomínio unilateral de uma ética regida por imperativos absolutos seria virtualmente impossível exercer liderança política eficaz e sustentável. Sem paciência para perfurar “tábuas duras”, excessivamente vulnerável à percepção de que o mundo era “estúpido ou vulgar demais para aquilo que ele lhe quer oferecer” (Weber, “A política como vocação”, 136-139; trad. ligeiramente modificada), Herculano não tardou em retroceder todas as vezes que se aproximou do núcleo duro da vida pública portuguesa. Foi exatamente isso o que aconteceu nas duas ocasiões em que se aventurou pela política ativa, no início da década de 40 e, depois, no início da década de 50. Da primeira retração resultou a sua conversão em historiador; da segunda, a sua transmutação em líder intelectual opositor. Quando se cansou desta última função, retirou-se então para Vale de Lobos para também se dedicar à agricultura. Pouco à vontade na condição ator político direto, refratário ao cotidiano das “máquinas” partidárias e insatisfeito com as transigências de lideranças menos sobrecarregadas de princípios morais do que ele, Herculano exigia demasiado dos governos e dos políticos, certamente mais do que a política da sua época poderia realizar – um “governo de anjos”, na ironia condescendente do Visconde de Algés (citado por Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, II, 295). Por outro lado, os mesmos principismo e firmeza de convicções que tantas frustrações lhe renderam no presente revelar-se-iam alicerces decisivos da sua glória futura. Em larga medida, foi o seu modo profético, implacável e utópico de abordar os problemas nacionais que o tornou “uma espécie de reserva moral” a que viriam a recorrer diferentes gerações vindouras, em meio a variadas conjunturas críticas (Pereira, “Alexandre Herculano”, 222-223).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Fato é que, a despeito das suas reiteradas autodeclarações em contrário, Herculano deu continuidade às suas atividades literárias e políticas mesmo depois da mudança para o Ribatejo. Continuava a trabalhar, ainda que não em regime de dedicação exclusiva, na reedição dos seus principais livros, na compilação dos seus *Opúsculos*, em edições de documentos históricos, numa enorme quantidade de cartas cujos conteúdos frequentemente extrapolam o âmbito pessoal, em novos textos de opinião sobre assuntos de política e religião, numa tradução do poema épico *Orlando furioso*, no ensaio sobre a “existência e não existência do feudalismo em Portugal”, bem como na continuação da sua *História de Portugal* (Serrão, *Herculano e a consciência do Liberalismo*, 240). “Já me desenganei” – confessava ele em 1875 – “de que foi de balde que fugi para aqui. O meu destino é morrer amarrado a um tinteiro. Resigno-me” (*Cartas de Vale de Lobos*, I, 57).

Há certamente *pathos* demais nessa comparação entre a escrita e a privação da liberdade, mas também é verdade que Herculano nunca encarou a atividade literária como um puro e simples prazer. Entre outras razões, porque não pode ter sido fácil compatibilizar as demandas colidentes que se impõem, respectivamente, ao erudito, cujo discurso sobre o passado é controlado de perto pelo estudo crítico do material histórico, e ao romancista, sobre cuja imaginação não atuam constrangimentos evidenciários comparáveis. Do mesmo modo, a situação do historiador que se pretende imparcial, e que afirma ser o seu objetivo primário comunicar a verdade sobre o passado, contrasta com a do polemista, que é expressamente parcial e presentista, e que se dá mais licença para se afastar do ideal da busca desinteressada da verdade (Assis, “A. Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade”, 319-322). Uma das grandes realizações de Herculano foi a de ter conseguido exercer com desenvoltura todos esses (e alguns outros) papéis. Entender como ele foi capaz de transitar entre gêneros que se inter-relacionam de maneira tão tensionada equivale a compreender um traço fundamental da sua biografia intelectual.

Bibliografia ativa: “Elogio histórico de Sebastião Xavier Botelho” [1841], in: *Opúsculos*, vol. V, orgs. Jorge Custódio & José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1986, pp. 103-118; “Instrução pública” [1841], in: *Opúsculos*, vol. III, orgs. Jorge Custódio & José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1984; “Cartas sobre a História de Portugal” [1842], in: *O cidadão e o historiador – Antologia*, vol. I, orgs. Vitorino de Magalhães Godinho & Eurico Gomes Dias, Lisboa, INCM, 2010, pp. 97-171; “D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna” [1844], in: *Opúsculos*, vol. V, orgs. Jorge Custódio & José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1986, pp. 121-125; “Apontamentos para a história dos bens da Coroa e dos foraes” [1843-1844], in: *O cidadão e o historiador – Antologia*, vol. I, orgs. Vitorino de Magalhães Godinho & Eurico Gomes Dias, Lisboa, INCM, 2010, pp. 176-241; *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, 4 tomos, Lisboa, Bertrand, 1980-1981 [1as eds. 1846-1853]; *O monge de Cister*, 2 tomos, Lisboa, Bertrand, 1977-1978 [1ª ed. 1848]; “Solemnia verba: ao Sr. A. L. Magessi Tavares” [1850], in: *Opúsculos*, tomo III, Lisboa, Bertrand, 1876, pp. 62-98; *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 3 tomos, Lisboa, Bertrand, 1975-1976 [1as eds. 1854-1859]; “Do estado das classes servas na Península (desde o século VIII até o XII século)” [1858], in: *Opúsculos*, tomo III, Lisboa, Bertrand, 1876, pp. 235-332; “Cartas sobre o casamento civil” [1865-



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

66], in: *Opúsculos*, vol. VI, org. Jorge Custódio & José Manuel Garcia; Lisboa, Presença, 1987, pp. 31-74; “A supressão das Conferências do Casino” [1871], in: *Opúsculos*, vol. I, orgs. Jorge Custódio & José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1982, pp. 151-169; “Autobiografia” [1877], in: *Um homem e uma ideologia na construção de Portugal. Antologia*, orgs. Cândido Beirante & Jorge Custódio, Lisboa, Bertrand, 1978, pp. 25-26; *Opúsculos*, 10 vols., Lisboa, Bertrand, 1876-1908; *Cartas*, 2 vols., Lisboa, Bertrand, s.d.; *Cartas inéditas*: a Joaquim Filipe de Soure, org. Luís Silveira, Lisboa, Cultura, 1946; *Cartas de Vale de Lobos*: ao 3º Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos, 3 vols., Lisboa, Bertrand, 1980; *Opúsculos*, 6 vols., orgs. Jorge Custódio & José Manuel Garcia, Lisboa, Presença, 1982-1987; “Correspondência inédita de Alexandre Herculano a Francisco Palha e a João José Pereira Palha”, *Letras Com Vida. Literatura, Cultura e Arte*, vol. 5, 2012, pp. 283-303.

Bibliografia passiva: Alonso, Ricardo Ledesma, “Las plumas y el plumero o la monarquía representativa de Alexandre Herculano”, *Revista de História das Ideias*, vol. 37, 2019), pp. 187-208; Id., “Historia, conocimiento y narración: las «crónicas-romances» de Alexandre Herculano”, *Revista de Estudos Literários*, vol. 9, 2019, pp. 49-72; Assis, Arthur Alfaix, “Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade”, *História da Historiografia*, vol. 13, n. 32, 2020, pp. 289-329; Baptista, Jacinto, *Alexandre Herculano Jornalista*, Lisboa, Bertrand, 1977; Baxmann, Rudolf, “Ueber den gegenwärtigen Stand der Geschichtsschreibung in Portugal”, *Historische Zeitschrift*, vol. 9, n. 1, 1863, pp. 105-126; Bernstein, Harry. *Alexandre Herculano (1810-1877): Portugal’s Prime Historian and Historical Novelist*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983; Braga, Teófilo, *História do Romantismo em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880; Buescu, Ana Isabel Carvalhão, *O Milagre de Ourique e a «História de Portugal» de Alexandre Herculano*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987; Canotilho, Joaquim Gomes, “As constituições”, in: *História de Portugal*, vol. 5: *O Liberalismo (1807-1890)*, orgs. Luís Reis Torgal & João Lourenço Roque, Lisboa, Estampa, 1998, pp. 125-140; Carvalho, Joaquim Barradas de, *As ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano*, Lisboa, Tip. Garcia & Carvalho, 1949; Catroga, Fernando, “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”, in: Luís R. Torgal et al., *História da história em Portugal – Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 38-85; Cintra, Luís Filipe Lindley, “A lenda de Afonso I, Rei de Portugal (origem e evolução)”, *Revista ICALP*, vols. 16\17, 1989, pp. 64-78; Coelho, Maria Helena da Cruz, “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos do século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 42, 2011, pp. 61-84; Cruz, Carlos Eduardo da, “Política, resistência e arte em «O fronteiro d’África», de Alexandre Herculano”, *Revista Eletrônica de Estudos Literários*, n. 7, 2010; Godinho, Vitorino Magalhães, “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso”, in: Alexandre Herculano, *O cidadão e o historiador – Antologia*, vol. I, orgs. Vitorino de Magalhães Godinho & Eurico Gomes Dias, Lisboa, INCM, 2010, pp. 7-96; Lilti, Antoine, *A invenção da celebridade (1750-1850)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018; Macedo, Jorge Borges de, *Alexandre Herculano: polémica e mensagem*, Lisboa, Bertrand, 1980; Id., “A tentativa histórica «Da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal» e as insistências polémicas”, in: Alexandre Herculano, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, tomo 1, Lisboa, Bertrand, 1975, xi-cxxxiv; Martins, João Pedro de Oliveira. *Portugal*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

contemporaneo, tomo II, 3ª ed., Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1895 [1ª ed. 1881]; Matos, Sérgio Campos, *Consciência histórica e nacionalismo: Portugal, séculos XIX e XX*, Lisboa: Horizonte, 2008; Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998; Mattoso, José, “Prefácio”, in: Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tomo 1, Lisboa, Bertrand, 1980, pp. vii-iii; Mónica, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005; Nemésio, Vitorino, *A mocidade de Herculano (1810-1832)*, Lisboa, INCM, 2003 [1ª ed. 1934]; Id., “O lavrador”, in: Alexandre Herculano, *Cartas de Vale de Lobos*, vol. III, Lisboa, Bertrand, 1981, pp. vii-xxxvi; Id., “O retiro”, in: Alexandre Herculano, *Cartas de Vale de Lobos*, vol. II, Lisboa, Bertrand, 1981, pp. vii-xlv; Pedro II, *Diários (1840-1891)*, ed. Begonha Bediaga, Petrópolis, Museu Imperial, 1999 [<https://museuimperial.museus.gov.br/diarios/>] [Acesso em 06.11.2020]; Pereira, Bernadete Capelo, “Alexandre Herculano”, in: *Dicionário do Romantismo Português*, org. Helena Buescu, Lisboa, Caminho, 1997, pp. 221-230; Reynaud, Maria João, “Herculano, poeta profeta”, in: *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*, orgs. Maria de Fátima Marinho et al., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, pp. 25-35; Santos, Mariana A. Machado dos, “Alexandre Herculano e a Biblioteca da Ajuda”, *O Instituto*, vol. 127, tomo 1, 1965, pp. 99-174; Saraiva, António José, *Herculano e o Liberalismo em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977 [1ª ed., 1949]; Serrão, Joaquim Veríssimo, *Herculano e a consciência do Liberalismo português*, Lisboa, Bertrand, 1977; Serrão, Joel. “Alexandre Herculano de Carvalho Araújo”, in: *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, org. Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 433-437; Silva, Inocêncio Francisco da Silva, “Aleixo Fagundes Bezerra”, *Nova Alvorada*, vols. 9-10; 1892, pp. 91-92; 98-99; Weber, Max, “A política como vocação” [1919], in: *Ciência e política: duas vocações*; São Paulo, Martin Claret, 2015, pp. 61-139.

Arthur Assis